Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

13/02/2011

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS
   1.1. INSTITUCIONAL..... 1
   1.2. PRISÃO..... 2 - 3
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   2.1. SISTEMA CARCERÁRIO..... 4
3. JORNAL EXTRA
   3.1. CARTÓRIOS..... 5
   3.2. VARAS ESPECIAIS..... 6
4. JORNAL ITAQUI BACANGA
   4.1. SISTEMA CARCERÁRIO..... 7 - 10
5. JORNAL O IMPARCIAL
   5.1. INSTITUCIONAL..... 11 - 16
   5.2. JULGAMENTOS..... 17 - 19
   5.3. SISTEMA CARCERÁRIO..... 20 - 25
6. JORNAL PEQUENO
   6.1. COMARCAS..... 26
   6.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA..... 27
   6.3. DESEMBARGADORES..... 28 - 30
   6.4. FORAGIDOS..... 31
   6.5. INSTITUCIONAL..... 32 - 34
   6.6. SISTEMA CARCERÁRIO..... 35 - 38

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Tim, Tins... Nacional - LXXV

TIM, TINS... NACIONAL - LXXVI. - O IMORAL ENCONTRA IMORALIDADE EM TODA PARTE; NÃO HÁ PARA ÊLE HOMEM HONRADO, MULHER HONESTA, MAHISTRADO ÍNTEGRO, COMERCIANTE DE BOA FÉ; A PERFÍDIA, A CORRUPÇÃO, O SUBÔRNO REINAM EM TODAS AS ALMAS. e SE BEM REPARARDES NA SUA MANEIRA DE DISCORRER OS SEUS PRÓPRIOS VÍCIOS NADA MAIS SÃO DO QUE O RESULTADO DA PROFUNDA CONVICÇÃO DE QUE É INTEIRAMENTE IMPOSSÍVEL O EXERCÍCIO DE VIRTUDE. (JAIME BALMES).

Especial - Homenagem a Cássia Costa Carvalhal, primeira Dama de Cândido Mendes, está jovem senhora, campear de certa forma cumprir com a sua obrigação de primeira Dama do Município, realizando vastos trabalhos em prol daquela cidade, através do setor social com ajuda do prefeito Zé Haroldo. A senhora Cássia mostra a sua adequada vontade, faz tudo para realça o município numa plataforma que todas as datas festivas são comemoradas - realizam os eventos em favor da sociedade do município. Assim como agora o Carnaval. Conta consecutivamente com o governo da Roseana Sarney (PMDB) a quem fez campanha política na sua cidade, ac ta que virá nesse período do governo seana muitas obras estaduais e que pera ser ajudada para assim conse, beneficios.

1º. - TIM - A governadora Roseana Sarney (PMDB), contará com uma faixa de 30 parlamentares na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, quando terá os seus projetos aprovados para que assim possa dinamizar a sua administração dentro do contexto da governabilidade do Estado. Começando pelo presidente da Casa deputado Arnaldo Melo (PMDB).

2º. - Para o Secretario de Justiça e AdministraçãoPenitenciária (Sejap). Sergio Tamer, "Vamos humanizar o sistema porque essa é uma determinação da governadora Roseana Sarney" "o sistema estará organizado e funcionando plenamente dentro de 12 meses, quando as novas unidade sem construção irão desafogar as delegacias, casas de detenção, centrais de custódia e as penitenciários em funcionamento." (J. E. do MA) - (OPINIÃO) - Acreditamos na sua dinâmica e que tenha todo apoio do governo do Estado para que possa realizar essas obras confirmadas é o esperado pela população.

3º. - Foi bem recepcionado o deputado Ricardo Murad que assumiu a Secretaria da Saúde, na sua posse estiveram presentes dois prefeitos de oposição o prefeito de Imperatriz Sebastião Madeira (PSDB), e o prefeito de Caxias Humberto Coutinho (PDT), foi uma ação muito interessante para o momento político do Estado. Evidente que o secretário de Saúde Ricardo Murad, vai realizar o projeto que fora anunciado em governo de Roseana no seu 3º. mandato é previsto realizar neste 4º mandato. Os 72 Hospitais estão garantindo a ser entreque em quase a metade dos municipios maranhense. A posse do secretario foi bem idos, muitos amigos - autoridades - deputados - prefeitos de vários partidos. Uma fase bem direcionada do secretario quando estava sendo empossado na pasta da saúde. "Eu não vim para cá para resolver só o problema das unidades de saúde do estado. Vim para dar ao Maranhão um modelo de saúde pub liça digno de seu povo, para que a população possa ter um atendimento de saúde de qualidade". Declarou o secretário.

4º. - TINS - A guerra chegará ao fim João Castelo/Flávio Dino, o prefeito vai permanecer seu mandato de prefeito, e o Flávio Dino, vai ter que espera 2012 pra concorrer a prefeito ou a vereador de São Luis... Castelo vai concorrer à reeleição, se unir com grupo mais forte, não vai dar outro... (quebre o gelo do radical, é prejudicial, em política quebra o gelo não faz mal). Isto se vier ocorrer... CÂNDIDO MENDES, existe um grupinho do ex- prefeito Castelo, que teve menos votos na eleição passada para o seu candidato a deputado, (isto é, não levantou uma pena ao candidato deixou a Deus dará) segundo comentam - grupo de castilhista, que andar soltando plafetinho para atingir a Moral das pessoas de BEM, isto assim querendo trazer quem já estar apagado na política de Cândido Mendes. Evidente que o pasquim se assim posso chamar, é ridículo, totalmente mal feito cheio de erros ortográficos sem nenhuma concordância... Recebemos um E-mail quando elogia o trabalho da primeira Dama de Cândido Mendes Cássia CARVALHAL, a qual proporciona realizado vasto trabalho no setor social, a sede do município apresenta lhes laureada pela sua aptidão, envergadura e circunspecção com a coisa pública, de tal modo o cidadão de Cândido Mendes nos enviou tudo numa vergonha de ter lindo um "pasquim" sem nada a reivindicar e sim só tentando denegrir a imagem de uma senhora respeitada e respeitosa, quem faz e fez muito pelos candidumendeses. É decepcionante quem escreve numa mesquinharia do jeito que diz pasquim, claro que só pode ser um semi-analfabeto, que diz coisa-com-coisa... Aqui fica registrado o E-MAIL do cidadão de CÂNDIDO MENDES... O vereador Ivaldo Rodrigues (PDT), na tribuna da Câmara, baleu (ataques contra chamou-o de despreparados para o cargo que ocupa) no dia 07 de fevereiro no presidente da Func, Euclides Moreira Neto... Nos bastidores da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, rola a dizer que a vice-prefeita Helena Duailibe tricoteia o projeto de torna-se vereadora, isto é se o povo quiser... O vice-governador Raimundo Monteiro (PT), disse sobre decisão de parlamentar de participar de blocos de oposição, ficam decidindo que será proibido... A Executiva Regional do Partido dos Trabalhadores (PT) baixou resolução no dia 7 do corrente mês, determinado que os três deputados da legenda na Assembléia Legislativa que participam apenas do bloco partamentares que tenham em sua composição deputados alinhados ao governo Roseana Sarney (PMDB)... Fez-se presente a posse do secretário de Saúde Ricardo Murad, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão Arnaldo Mello... Foi escolhido para ser o Líder do Governo Roseana Sarney (PMDB) o experiente e competente deputado Estadual Manoel Ribeiro (PTB), que teve sido apoiado pelo prefeito de CÂNDIDO MENDES Zé Haroldo, que lhes deu uma vasta votação na eleição passada na sua cidade... Todas as classes estiveram fazendo-se presente à posse do secretário de Saúde, Ricardo Murad... O Tribunal de Justiça do Maranhão, adequar sido bem visto pela população maranhense, determinado pela boa administração que existe naquela corte... O Corregedor da Justiça desembargador GUEIRREIRO JÚNIRO, VEM destacando nitidamente a pasta da justiça pela sua jurisdição e discernimento com a sua ação a favor do desempenho jurídico naquela corte... Novo Fórum Eleitoral de Paço do Lumiar. A partir desta quinta-feira, 10 de fevereiro, os mais de 40 mil eleitores da 93ª ZE, com sede em Paço do Lumiar, terão acesso aos serviços eleitorais no novo fórum eleitoral. A nova sede, que possui uma estrutura de 337,30 m², beneficiará a população dos municípios de Paço do Lumiar e Raposa. O Fórum Eleitoral "Des. João Miranda Sobrinho" será o terceiro inaugurado na gestão do Des. Raimundo Freire Cutrim. O TRE-MA entregou, neste ano, os Fóruns de Caxias e São Bento, todos construídos em terrenos próprios e com excelente estrutura física. Esta é mais uma obra que esboça o comprometimento e a missão desta Justiça Especializada em reforçar as bases democráticas do país, a partir da valorização do eleitor e do aperfeiçoamento dos serviços eleitorais. A cerimônia de inauguração será realizada às 10 horas na Rua 57, esquina com Avenida 12, Maiobão, próximo ao Centro Educacional Erasmo Dias. ASCOM TRE-MA.

5º. - NACIONAL - O presidente do Senado José Sarney (PMDB-AP), disse no dia 7 deste mês em curso, que espera instalar na próxima semana a comissão para elaborar um projeto de reforma política... O governo Dilma que logo mandar um projeto de lei, com pedido urgência urgentíssima para que possa fixa o salário mínimo, para isto a coordenação do governo Dilma definiu correr atrás junto com o líder do governo Cândido Vaccarezza (PT-SP), foi até a casa do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), para abrir caminho, e nesta forma o governo apresenta pressa, espera que seja solucionado dentro de 15 dias, para passar pela votação com desgaste mínimo, na concepção de que a base aliada não faça marola, que limpe o terreno para tudo correr bem... Sarney Filho (PV) está de bem na Câmara Federal, e tem trabalhado suficientemente para interagir o Meio Ambiente... (Congresso em Foco) - Câmara reage à decisão do STF sobre suplentes.

Marco Maia vai dizer ao presidente do Supremo que a Casa continuará a dar posse aos suplentes mais votados das coligações, e não dos partidos. Parlamentares criticam nova interferência do Judiciário e propõem... Num dos entendimento - do Sarney Filho (PV-MA), Sarney Filho lembrou que a Presidente Dilma Rousseff assinou documento no qual o governo se comprometeu a não aceitar novo desmatamentos. "Como coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista já estou procurando os líderes da bacada ruralista e ao mesmo tempo queremos harmonizar a linguagem dos ambientalistas diante da proposta em discussão", enfatizou o líder... (Estado do Maranhão).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Homem acusado de estupro é preso em Açailândia

PÁGINA 14

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

TARADO NA CADEIA

Homem acusado de estupro é preso em Açailândia

O juiz da Comarca de Açailândia Angelo Antonio Alencar dos Santos, titular da 1ª. Vara determinou ao Delegado Regional Vital Rodrigues, que procedesse a prisão temporária de Ademir Soares de Lima, conhecido como "Paulista", brasileiro, casado, de 55 anos de idade, residente na Quadra-181-Lotes 356- Vila Ildemar.

Em cumprimento ao mandado de prisão, a Polícia Civil, prendeu Ademir Soares Lima, o "Paulista", na tarde de terça-feira (10), por volta das 17 horas . Na hora da prisão, ele estava na casa em que morava Vila Ildemar uma mulher que ele vivia maritalmente identificada apenas como Maria e que é a mãe da menor abusada sexualmente por "Paulista".

O homem Ademir Soares, foi preso acusado de ter abusado sexualmente e ter estuprado a menor de inicial "G". De acordo com informações ele já vinha abusando sexualmente da menor desde os 9 anos de idade.

Na delegacia ele disse que não manteve relações sexuais com a menor, mas confessou ter tocado na genitália da criança. Segundo ele, tudo acontecia quando ele deixava o quarto em dormia com a companheira, alegando que ia ver se as crianças estavam dormindo direito, momento em que praticava o abuso sexual. Na delegacia, ele contou que praticou o ato de abuso com a menor pelo menos três vezes.

Disse que nunca ameaçou a menor e que também nunca pediu para que não contasse nada a ninguém, mas confessa que está arrependido de tal ato e que nas três vezes em que "mexeu" com a menor foi fraqueza carnal de sua parte.

Ele não soube dizer na delegacia, como, e de quem a criança contraiu doenças venéreas. A menor apareceu com uma secreção na vagina e foi constado após exame que a mesma estava com gonorréia.

Ademir é da capital paulista e trabalhava como caminhoneiro. Está em Açailândia há pelo menos 6 anos. Segundo ele, veio morar no município por achar uma cidade promissora, foi quando se envolveu com a mãe da vitima e resolveu morar junto com ela.

Ele está preso no Centro de Detenção Provisória (CDP) em Açailândia e se encontra à disposição da justiça.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

OAB

Aprovado pedido de CPI do Sistema Carcerário

O Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão aprovou, por unanimidade, o pedido de abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) ao Sistema Carcerário, a ser enviado ao Poder Legislativo. Após quase duas horas de sessão extraordinária, os conselheiros deliberaram em torno de diversas medidas e teceram duras críticas às instituições responsáveis pelos graves problemas que vêm ocorrendo no interior dos presídios e delegacias do Estado.

O conselheiro Erivelton Lago, advogado criminalista e vice-presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas da OAB/MA, fez um diagnóstico da realidade dos presos, que conhece de perto, e questionou: "Qual a informação que o Conselho Penitenciário já passou à OAB?".

Um dos encaminhamentos aprovados incluiu a solicitação, já feita, às Subseções da OAB/MA, em caráter de urgência, de um diagnóstico das unidades prisionais de cada região correspondente, a ser anexado ao relatório da Comissão de Direitos Humanos, como subsídio aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público. A vice-presidente, Valéria Lauande, recomendou que a Seccional solicitasse ao Tribunal de Justiça do Estado todos os relatórios das inspeções já realizadas. O secretário-geral da OAB/MA, Carlos Couto, fez uma intervenção sobre o que considerou como "uma grande omissão do Ministério Público estadual". "Qual a ação do Ministério Pública em relação à chacina de Pedrinhas? Eu desconheço".

O presidente Mário Macieira anunciou a criação de um Grupo de Trabalho que tenha como finalidade a discussão de soluções técnicas, formado pelos conselheiros estaduais Erivelton Lago, Luís Pedrosa, Charles Dias, Adriano Campos e pelo conselheiro federal Ulisses Sousa. O grupo deverá apresentar resultados parciais na próxima reunião ordinária do Conselho, a ser realizada na próxima quinta-feira (17/02).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

FERJ dá início à fiscalização dos cartórios na capital

Os trabalhos de fiscalização do FERJ de 2011 serão iniciados a partir de segunda-feira (14) em 19 serventias extrajudiciais (cartórios) da Região Metropolitana de São Luis, e em seguida serão estendidos para o interior do Estado.

Com o objetivo de promover a atualização e capacitação dos servidores envolvidos no trabalho de fiscalização extrajudicial, a diretoria do FERJ promoveu, entre os dias 9, 10 e 11 de fevereiro de 2011, o I Curso de Procedimentos de Fiscalização, realizado no Auditório deste Tribunal de Justiça.

Com a abordagem jurídica sobre a Lei Estadual 9.109/2009, que trata de Custas e Emolumentos e da Lei Complementar Estadual nº. 130/2009, que criou o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais - FERC, o curso foi ministrado pelo Assessor Jurídico do FERJ, Ricardo Gomes Castro.

O treinamento foi ministrado com uma parte teórica, em que foram repassados conhecimentos sobre Direito Notarial e Registral e sobre atos cartorários, e outra prática, na qual os participantes puderam elaborar os novos modelos de relatórios de fiscalização e resolveram casos e exercícios práticos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vereador do PP de Açailândia continua foragido da Justiça

Continua foragido da Justiça o vereador e ex-candidato a deputado estadual pelo Partido Progressista (PP), Juscelino Oliveira, que teve Mandado de Prisão decretado pela Justiça maranhense.

Nos autos do processo nº 4676-04.2001.8.10.0001 da Ação de Execução de Alimentos, o Juiz Marcelino Chaves Everton da 2ª Vara da família, requisitou força policial para auxiliar o Oficial de Justiça no cumprimento do mandado.

Determinou também o encaminhamento de cópia de mandado e decreto prisional, à Secretaria de Segurança e a Polícia Militar do Estado. O magistrado em sua sentença, afirma que as alegações proferidas por Juscelino Oliveira foram insuficientes, enfatizando a obrigação alimentar por parte do genitor.

O juiz, em sua sentença afirma, "O direito à prestação alimentícia é obrigação inescusável do alimentante (menor), pois a dívida constituída refere-se a verbas de natureza alimentar (urgentes e indisponíveis).

O político de origem da cidade de Pedreiras, radicalizado há anos na região, sempre defensor de uma postura ética e moral, se vê envolvidos em processos policiais e judiciais, manchando sem currículo de homem público.

Segundo informações, Juscelino Oliveira estaria foragido, para não efetuar o pagamento da Pensão Alimentícia, e nem ser encontrado pelas autoridades policiais para não ser recolhido à prisão.

A Câmara de Vereadores de Açailândia deverá tomar um posicionamento, por falta de Decoro Parlamentar do vereador. **Blog de Mário Carvalho**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Pena de morte para seis em mais um rebelião no MA

Pela terceira vez os maranhenses são testemunhas de uma rebelião com mortes decapitações Na última acontecida no ano passado deixou dezoito mortos, destes, três foram decapitados

Os maranhenses ainda não haviam apagado de suas lembranças, um dos piores cenários de horror já vistos em nosso estado, a rebelião ocorrida há exatamente três meses, no dia 8 de novembro de 2010, tida como a mais sangrenta já registrada em prisões maranhenses, quando 18 detentos do Presídio de São Luís, que integra o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, foram mortos e três deles decapitados.

O que muitos não esperavam, é que em tão curto espaço de tempo fosse registrada novamente uma barbárie nos moldes da última rebelião, que aconteceu no início desta semana reforçando a situação de falência que se instalou no sistema carcerário do estado.

O referido motim virou um dos principais assuntos da mídia nacional quando na madrugada do último dia 8, seis presos alojados com outros 91, na carceragem da Delegacia Regional de Pinheiro, foram mortos e quatro deles também tiveram suas cabeças arrancadas do corpo. Entre estes, José Agostinho Bispo, que ficou conhecido como o "Monstro de Pinheiro", por ter gerado oito crianças de relação incestuosa com a própria filha que foi mantida em cárcere privado por aproximadamente 16 anos. Uma tentativa de fuga frustrada a superlotação da carceragem, que tem capacidade para apenas 38 presos, seriam as razões do motim.

"A situação da segurança no estado é um colapso", disse a secretária de Estado dos Direitos Humanos, Luiza Amorim Oliveira, em coletiva realizada no Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado, para tratar da rebelião, que ocorreu tam-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

bém em meio a denúncias de tratamento desumano nas delegacias, de fraude na concessão de regime semi-aberto a detentos.

A primeira decisão foi transferir 16 presos da carceragem da Delegacia Regional de Pinheiro para outras delegacias da região, em caráter provisório, à espera da construção de um presídio na cidade. Obra que, por sinal, já anunciado há pelo menos sete anos, com a liberação de R$ 5 milhões em verbas para início da construção. Agora, o secretário de Estado da Segurança, Aluísio Mendes, afirma que em março, o trabalho recomeça com prazo de 100 dias para a conclusão.

A construção do presídio, no entanto, foi apenas uma das medidas anunciadas na coletiva. O secretário assumiu que a crise pela qual passa o sistema carcerário, mas procurou evidenciar os projetos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP). Lembrou que há previsão de entregar cinco presídios até final de 2011, abrindo 1.900 vagas no sistema e necessidade de realizar concurso público para contratar pelo menos mais mil policiais militares.

Providências anunciadas, fato é que a superlotação na Delegacia Regional de Pinheiro era conhecida. O prédio sofreu reforma recentemente e, segundo a delegada Laura Amélia Barbosa, ganhou mais segurança. Com maior dificuldade para escapar, diz ela, os detentos apelaram para um plano mais audacioso: fugir pela porta da frente.

Laura Barbosa conta que fez revista na carceragem dias antes. Havia a suspeita de que uma serra estivesse em poder dos detentos, o que acabou se confirmando.

O chefão, segundo a delegada, seria um homem apelidado de "Ramiro", preso por assalto, já esteve na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís. Conforme a delegada, Ramiro foi o líder do motim e também o negociador. Ele teria cortado a garganta de um detento e arrancado um dos olhos da vítima, que foi jogado depois para fora da cela. "Nós o vimos atirar o olho enquanto um dos bombeiros resgatava os corpos", disse a delegada.

Os detentos ainda enumeram uma lista de exigências para encerrar a rebelião: um quilo de maconha foi à primeira, seguida da presença da Imprensa e de autoridades do sistema carcerário; comida caseira em lugar das quentinhas, eletrodomésticos (televisão, geladeira e ventiladores) e a substituição da delegada Laura Barbosa.

Lista de mortos

Conforme lista divulgada pela SSP, os mortos na rebelião foram Alexsandro de Jesus Costa Pereira, José Ivaldo Brito, Jorge Luís de Sousa Moraes, Raimundo Nonato Soares Mendes, Paulo Sérgio Cunha Pavão e José Agostinho Bispo. A rebelião de Pinheiro se assemelhou, na crueldade, ao recente motim no Presídio de São Luís, ocorrido no dia 8 de novembro do ano passado. O motivo foi a falta de água, somada à má qualidade da alimentação, constrangimento de familiares de presos, mistura de presos do interior com os da capital, o que provocava disputas no presídio; e a conhecida superlotação.

O Presídio de Pinheiro terá capacidade para 396 detentos e atenderá toda a Baixada Maranhense. Os recursos do convênio são parte de parceria entre Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário (Depen) e Governo do Estado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedor alerta para risco de novas rebeliões de presos no estado

A chacina de presos esta semana em Pinheiro – onde seis deles foram mortos por companheiros de cela – pode se repetir em municípios que enfrentam problemas de superpopulação carcerária, alerta o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O corregedor fundamenta a advertência em outra tragédia recente e em circunstâncias semelhantes: o assassinato de 19 presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em novembro do ano passado. Os dois casos chocaram o país pela decapitação de corpos. "É conveniente analisar a similaridade e o curto tempo entre os episódios, e porque ocorreram", observa.

Para Guerreiro Júnior, as duas tragédias sinalizam o processo falimentar do sistema prisional brasileiro, que precisa ser repensado como um todo. "O Maranhão apenas repete os defeitos de outros estados. O curioso é que não tenham ocorrido antes, visto que o problema se arrasta há anos e recebe dois alimentos vigorosos – a falta de investimento em novos presídios e a evidente desumanização do aparelho carcerário.

"São urgentes a construção de penitenciárias e, em paralelo, disseminar uma política racional de atenção contínua ao encarcerado, a exemplo das propostas do CNJ quanto ao tema. Não é construindo zoológicos humanos que a sociedade irá se livrar de outras chacinas", aponta.

Ainda segundo o corregedor, o caos carcerário no estado atinge proporções incontroláveis. Como não há vagas disponíveis nas penitenciárias, as delegacias do interior se transformaram em presídios regionais e são obrigadas a receber desde presos comuns a condenados. Nesse ambiente, em geral pobre em espaço e higiene, a superpopulação é fator de risco constante.

Guerreiro Júnior isenta o Judiciário de culpa pelas barbáries em Pedrinhas e Pinheiro. "Nossos juízes, em maioria, trabalham com afinco. Prova disso é que as cadeias estão abarrotadas de presos". Para ele, o momento não é para apontar responsáveis e, sim, buscar soluções inteligentes à crise carcerária.

Não é construindo zoológicos humanos que a sociedade irá se livrar de outras chacinas", aponta o Corregedor

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Bagunça política judicializada

Com menos de duas semanas de funcionamento do Congresso Nacional e das assembleias legislativas, cresce a tensão política no âmbito do Judiciário. A causa é o preenchimento de vagas de suplentes nas casas legislativas. Na Câmara, eles são dezenas que disputam o direito de assumir uma cadeira, desocupada por ocupantes de cargos no Executivo. Cada qual tenta se agarrar aos argumentos que lhe interessam. Mas nem sempre conseguem. Reina no ambiente uma confusão sobre se a vaga é do partido ou da coligação. O Supremo Tribunal Federal quebrou a regra vigente, que dava à coligação o direito de indicar o ocupante suplente, e passou a destiná-la ao partido. A Câmara dos Deputados, porém, resolveu ir pela contramão dessa novíssima posição judicial.

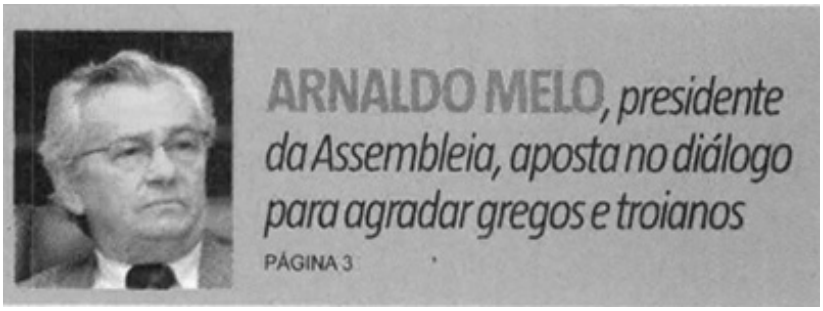
Em razão desses desencontros, vislumbra-se uma crise institucional entre o Judiciário e o Legislativo. O presidente do Senado, José Sarney, e o da Câmara, Marco Maia, a pretexto de visitarem o presidente do STF, Cezar Peluso, foram botar lenha nessa fogueira, onde vaidades togadas e empaletozadas escapam a olhos nus. Diplomaticamente, Sarney e Maia respingaram mágoas quanto às decisões da suprema corte. Apelaram para agilidade do STF sobre questões de enorme repercussão nacional. Exemplo: o julgamento da emblemática Lei da Ficha Limpa. O dispositivo, que parecia uma revolução para combater crimes eleitorais, continua empacado no STF. Dois julgamentos deram o mesmo empate de 5 x 5 e o presidente fugiu de aplicar a clássica regra do "voto de minerva". Até essa regra, de agora em diante, deixa de ser regra.

Longe dos plenários do STF e do Congresso, a população fica à mercê de um ambiente umbrático, onde regras legais e normas consolidadas mudam conforme o momento e as conveniências de cada agente público. O prejuízo é incalculável, pois a sensatez se mistura com vaidades e resulta em imbróglio. Toda vez, ministros do Supremo Tribunal se embaraçam na aplicação de uma lei, a sociedade se sente desamparada. Se, o Congresso Nacional não se encoraja a cumprir o seu papel de legislador, adiando as reformas que emperram a democracia e o desenvolvimento, o que esperar, então, do Executivo?

O país parece viver num buraco negro institucional. Ora, o Tribunal Superior Eleitoral se arroga no direito de baixar resoluções que viram leis. Ora, o poder político retrai da sua função primordial de fazer as reformas que a população exige. Como uma parte dos ministros do TSE integra o plenário do STF, as resoluções de caráter eleitoral acabam dando os contornos definitivos à democracia representativa. A aplicação da Lei da Ficha Limpa é o exemplo dessa confusão que paira nos tribunais superiores. O caso dos suplentes não é diferente. No Maranhão e pelo Brasil afora, os suplentes vivem dias de angústia. Há regras tanto para os suplentes de partidos assumirem, quanto para os das coligações.

Instala-se a insegurança jurídica e tumultua a política. Surge a tal judicialização da política, reclamada pelos congressistas. É quando o Poder Judiciário invade o terreno do Legislativo. E aí, trava-se uma queda de braço. O eleitor, por sua vez, mesmo sendo agente principal da democracia, fica zonzo diante das controvérsias e o sistema político-eleitoral completamente desmoralizado. E o que dizer dos eleitos? Têm suplentes com menos de dois mil votos querendo ocupar vaga de deputado federal, enquanto outros, com perto de 100 mil encontram-se mais distantes do mandato. Difícil é explicar esse malabarismo matemático para quem vota, lá pelos confins do Brasil.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

entrevista// **ARNALDO MELO**

Diálogo como palavra chave

De perfil conciliador, o presidente da Assembleia Legislativa aposta na conversa para manter bom relacionamento com governo e oposição

ALINE LOUISE

Conseguir uma audiência com o novo presidente da Assembleia Legislativa foi uma tarefa árdua de cumprir nas duas semanas que sucederam à eleição que deu a Arnaldo Melo (PMDB) no comando do parlamento maranhense para os próximos dois anos. Em meio a inúmeras reuniões para acertar ponteiros que ficaram desajustados após a reviravolta nas negociações pela disputa da Mesa Diretora, Arnaldo Melo conversou neste tempo com a governadora, secretários de estado, deputados e diretores da Casa para conciliar toda a estrutura política e administrativa da qual tomará de conta até fevereiro de 2012.

Após diversas tentativas, a equipe de O IMPARCIAL conseguiu um espaço na atribulada agenda de Arnaldo Melo para que ele contasse os momentos que antecederam à eleição dentro do parlamento e abrir o jogo quanto à nova conjuntura política em que os deputados maranhenses terão de atuar nos próximos quatro anos.

Arnaldo, que desde o dia 2 de fevereiro recebe os convidados no Gabinete da Presidência, no segundo andar da sede do Legislativo, no Cohafuma, conversou com a reportagem com a calma e os posicionamentos neutros que lhe são peculiares. Sentado à cabeceira da mesa de reunião de uma das salas que compõem o gabinete presidencial, o peemedebista de fala pausada e calculada detalhou os acontecimentos e ponderou sobre o clima ainda não estável dentro da Casa, enquanto recebia telefonemas em seu celular. Confira a entrevista.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O IMPARCIAL - Às vésperas de uma eleição que aparentava ter um único e definido concorrente, o senhor decidiu entrar na disputa pela presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. O que o encorajou?

O que aconteceu foi que fui procurado por um grupo que parecia maioria, com o convite de que se eu me candidatasse, eu seria unanimidade entre eles, sem nenhum desacordo, como foi o que aconteceu. Os 25 colegas permaneceram unidos em torno do meu nome desde o final de semana anterior à votação até o momento da declaração do voto. Em alguns momentos chegamos a ter mais nomes, às vezes até unanimidade, mas o placar correto de 25 deputados foi mantido até o último minuto.

Quando, de fato, começaram as movimentações para que o seu nome entrasse na disputa? Por que a escolha do senhor?

A insatisfação de vários deputados começou uns dez dias antes da eleição. Nesse tempo, muitos já davam sinais de que pretendiam trabalhar com um nome alternativo ao do deputado Ricardo (Murad), com alguém com quem se identificassem, que pudessem dialogar, mas esse nome não era necessariamente o meu. Houve várias reuniões. A gente foi conversando, conversando, e no último final de semana a proposta veio a partir deles (deputados). O que pode ter levado a esta decisão é que eu sou o deputado que tem mais mandatos na Casa (seis) e também de eu sempre ter sido um parlamentar aberto ao diálogo, que pretendeu manter um bom relacionamento com todos os colegas. Acho que isso é importante na vida parlamentar.

O senhor acha que o fato de já ter participado de governos opositores ao da atual governadora pode atrapalhar o diálogo com o Palácio dos Leões na sua gestão à frente da Casa?

Não. Acho que não tem interferência nenhuma. Eu sempre fui um deputado de posições definidas, tenho tranquilidade para definir os meus pontos de vista. Além do mais, não tenho nenhum histórico de traição. Acontece que sou um parlamentar livre, tenho muitos amigos e sou leal com todos eles. Meus compromissos são cumpridos religiosamente e isso vale mais que qualquer coisa no diálogo com a governadora.

Havia uma reforma na estrutura administrativa da Casa que passaria a vigorar a partir do dia 1º de fevereiro, mas o senhor pediu adiamento do prazo para que ela começasse apenas em abril. Por quê?

Cada gestor quer dar a sua própria fisionomia, o seu próprio jeito de lidar com os problemas que terá de enfrentar. O trabalho de cada um acontece de maneira diferente. Como estava colocada uma reforma e ela ainda não havia sido implantada, preferi esperar um tempo e colocar uma equipe para fazer um estudo da estrutura da Casa para saber o que precisa mudar e o que é bom continuar. Queremos fazer uma gestão simples e objetiva, transparente e ágil. É isso que o Poder Legislativo tem de compromisso e precisa fazer. Devemos apreciar com rapidez as matérias trazidas pelo Executivo, Ministério Público, Judiciário. Devemos dar uma resposta imediata ás questões que eles trouxerem. É nisso que vamos basear nossa mudança.

E o que o senhor pretende mudar?

A Casa melhorou muito nos últimos anos e a administração do Marcelo (Tavares) foi muito boa, mas é preciso revisar todas as estruturas para que a gente saiba como tudo deve funcionar. Estas duas semanas foram difíceis, de muita articulação política da bancada. Como na semana que vem estará tudo mais calmo, um clima mais pacífico, pretendo me dedicar apenas à parte administrativa e só aí é que saberei o que deve ficar e o que deve sair.

Como o senhor avalia que a Proposta de Emenda à Constituição estadual que permitia a recondução dos membros da Mesa Diretora aos cargos no mesmo dia em que o senhor ganhou as eleições na Assembleia, após a reviravolta nas negociações que tiraram Ricardo Murad (PMDB) do páreo?

Esta é uma questão complexa. É legítimo que o parlamento queira mudar a regra agora, já que isso foi uma decisão da legislatura anterior, num contexto anterior. Mas eu sempre defendi a alternância de poder e, na votação do ano passado, somente eu e a deputada Helena (Heluy) votamos contra a PEC da reeleição. Mas vamos esperar a opinião dos colegas deputados. Temos que ouvir outras 41 pessoas. Se eles preferirem que a

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

regra fique, nós vamos respeitar.

Ainda há uma indefinição da situação de alguns membros do antigo bloquinho em passar ou não para o bloco liderado pelo PMDB. Há uma tentativa de enfraquecimento do Bloco da União Democrática depois das articulações para a saída de Ricardo Murad da disputa?

Não existe isso. O que acho é que, como é natural de todo processo de eleição, existiram pontos de divergência que agora estão pacificados depois de escolhida a Mesa (Diretora). O que acontece hoje é completamente normal, de querer ajustar pontos que ficaram pendentes. Ambos os blocos são da base governista e precisam cada um ter seu espaço. E o diálogo acontece nesse sentido. Mas isso é pauta virada, pois conseguimos pacificar tudo.

Logo após o resultado da eleição da Mesa, o senhor foi recebido no Palácio dos Leões para uma audiência com a governadora. Quais foram as principais pautas de discussão?

A governadora como sempre se mostrou preocupada com os rumos do estado. O que ela pediu foi maior celeridade na aprovação dos projetos do governo pelos deputados, dar maior agilidade a esse trâmite. O que nós mostramos para ela é que vamos trabalhar juntos pelo Maranhão.

Ouve-se dizer que, para o Palácio dos Leões, o senhor na presidência da Assembleia Legislativa é mais confortável que Ricardo Murad, que poderia trazer algum tipo de atrito. O senhor concorda?

Isso só pode ser opinião pessoal de alguns. Há um bom relacionamento entre eles. O deputado Ricardo Murad foi um dos grandes articuladores da campanha da governadora, tem grande responsabilidade pela vitória dela e, para provar ainda mais, ele hoje voltou à Secretaria de Saúde, onde acredito que fará um bom trabalho, pois a governadora confia nele, assim como confia em nós.

O ex-presidente Marcelo Tavares (PSB) afirmava que não foi possível realizar um concurso público na durante a sua gestão devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois se o fizesse o limite legal de gastos da Casa seria ultrapassado devido à implantação do Plano de Cargos Carreiras e Salários dos servidores. O senhor já tem planos para regularizar os mais de dois mil funcionários comissionados?

As preocupações de Marcelo estão todas corretas e essa é uma questão que não pode ser dita com certeza sem que antes conheçamos como anda a Casa. Por isso, como já falei, precisamos estudar em que situação a Assembleia realmente estar, conhecer a fundo seus problemas. Só após esse estudo, em uma média de 60 dias, saberemos quais são as reais necessidades e trabalharemos para prontamente regularizar a situação dos servidores.

Há um diálogo mais próximo entre PDT e PMDB na Assembleia este ano? Os dois partidos pretendem atuar juntos?

Agora estamos conversando de forma clara. Passada a animosidade do período eleitoral, podemos dialogar com maior proximidade com toda a Casa. O PDT vai apoiar o governo de forma responsável, no que for do interesse do partido, como políticas públicas que pretendem implantar, ajudar os municípios que representam. A eleição passou, desacirrou-se o que havia de conflito, o PDT tem um bom quadro e temos certeza de que farão um bom trabalho. Hoje, a relação é muito mais amistosa.

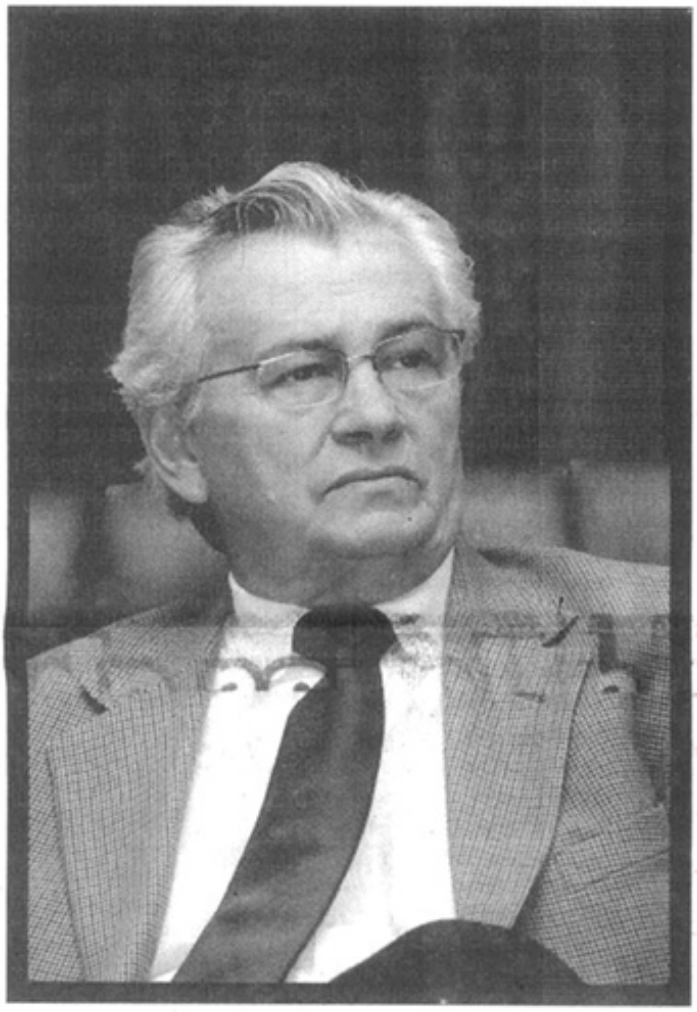
Qual a dinâmica que o senhor pretende dar às Comissões da Casa, que funcionam de forma ainda muito precária?

Isso depende dos deputados. De nossa parte, as comissões já têm espaço físico suficiente, tem horários determinados e até transmissão pela TV Assembleia. O que faremos é tentar colocar cada deputado na comissão que tenha mais a ver com a sua vocação, a sua especialidade. Acho que assim elas funcionarão muito melhor.

Como o senhor acha que funcionará a oposição dentro da Casa, com apenas cinco deputados?

A oposição tem um bom quadro. Apesar de ter um número pequeno de deputados, eles serão competentes o suficiente para cobrar do governo as responsabilidades que ele tem para com o Maranhão quando for necessário e o farão com muita responsabilidade e firmeza, até porque o líder deles, o Marcelo (Tavares), acaba de sair da presidência e sabe como conduzir os parlamentares.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Oposição avisa que novela da Uema ainda não acabou

PÁGINA 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A novela da Uema não acabou

Decisão apertada que deu vitória para José Augusto Oliveira dá ânimo à oposição, que promete ir ao STJ

CLODOALDO CORRÊA

A novela "Eleição na Uema" promete ter ainda muitos capítulos. Embora, na última sessão do pleno, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) tenha confirmado, por maioria de votos, a decisão do desembargador Bayma Araújo de manter a chapa de José Augusto Silva Oliveira na disputa para reitor, os opositores prometem novas medidas judiciais. A discussão acirrada dos desembargadores em torno da interpretação das leis pertinentes e o placar apertado de 9 a 7, que deu parecer favorável ao atual reitor, deram fôlego para o grupo que tenta derrubar a chapa "A Qualidade vai continuar".

O desembargador Joaquim Teixeira Neto tentou, por meio de agravo regimental, suspender a decisão de Bayma Araújo de manter a chapa do atual reitor. Bayma afirmou que não existiriam razões para mudar a decisão, uma vez que o reitor já está exercendo o seu cargo, e a não investidura do cargo por meio de decisão judicial acarretaria na lesão da ordem pública, uma vez que Oliveira foi eleito com 70% dos votos e a contestação só ocorreu após o pleito, mas afirmou que deixava a decisão para o pleno.

Como contraponto, o desembargador Joaquim dos Anjos disse que a eleição de José Augusto como vice de Waldir Maranhão, em 2003, pode se equiparar à eleição de vice-prefeito e vice-governador. O fato de ele ter assumido, em 2006, o cargo deixado por Waldir, que foi concorrer a deputado federal, consumaria um primeiro mandato. A sua eleição para o quadriênio 2007-2010 seria uma recondução e, agora, já estaria na segunda recondução, vedada pelo Regimento da Uema.

O desembargador Lourival Serejo também entendeu que a eleição de Oliveira não é legal. "Acredito que está havendo uma interpretação equivocada neste caso. Se o prefeito ocupa 10 dias de mandato, este vale como um primeiro mandato e ele está inelegível para um terceiro. Por isso, voto pelo provimento do agravo", afirmou.

O desembargador Stélio Muniz afirmou que não existe razão para impedir a eleição de José Augusto. Para ele, o reitor da Uema assumiu, em 2006, no final do mandato, e não teria por que considerar este tempo como primeiro mandato.

Oposição não desistirá

Os opositores de José Augusto impetraram outra ação, que está nas mãos do desembargador Raimundo Melo, para ser analisado o mérito da questão. Eles prometem ir até ele, a maioria dos desembargadores preferiu resguardar o governo e o reitor. O IMPARCIAL tentou contato com a Assessoria de Imprensa da Uema, porém, não houve retorno.

declarou que, apesar do parecer do TJMA, ele considera que a oposição saiu fortalecida pelo debate e a posição dos sete desembargadores favoráveis a inelegibilidade de José Augusto. Para o STJ (Supremo Tribunal de Justiça), se preciso for. "Não podemos aceitar isto. O José Augusto vai para um terceiro mandato. Se isso for permitido, futuramente, este caso vai ser usado como exemplo. Se o titular sair logo no começo do mandato, o vice vai ficar com um mandato, praticamente, inteiro, se reeleger uma vez e depois ir para o terceiro, alegando que o primeiro era de vice", declarou a professora Célia Pires, que foi candidata a reitora.

Célia alegou que não houve convocação para o Conselho Universitário, disse que ninguém tem acesso às atas da eleição para averiguar possíveis irregularidades.

O presidente do sindicato dos servidores da Uema, Miguel Santos,

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

HONORIOMOREIRA/O IMP/D.A PRESS

PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: CASO TEVE DISCUSSÃO ACIRRADA ENTRE DESEMBARGADORES

"Não podemos aceitar isto. O José Augusto vai para um terceiro mandato. Se isso for permitido, futuramente, este caso vai ser usado como exemplo. Se o titular sair logo no começo do mandato, o vice vai ficar com um mandato, praticamente, inteiro, se reeleger uma vez e depois ir para o terceiro, alegando que o primeiro era de vice"

CÉLIA PIRES Candidata derrotada

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AMEAÇA REAL

Depois dos dois motins regados a sangue, que resultaram em 24 mortes e um macabro ritual de degolamentos de presos em Pedrinhas e Pinheiro, as autoridades públicas estão com os nervos à flor da pele. Falar em motim hoje é ameaça real de que outros episódios bárbaros podem acontecer, como já alertou o desembargador Antônio Guerreiro Júnior, corregedor-geral de Justiça.

MÃO DO DIABO

É bom que se diga que os dois massacres diabólicos de presos não têm muito a ver com o quesito superlotação das cadeias. No Brasil todo – de ponta a ponta – as cadeias estão abarrotadas e ninguém vê essa onda de presos trucidando presos. Há suspeita de ação de organizações criminosas de fora, que agem sobre a falência do sistema carcerário e a conivência, que permite a entrada de armas e pedaços de ferro nas cadeias. E como o diabo está ali, presente na mente dos infelizes, as barbáries explodem.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PRISIONEIROS DA VIOLÊNCIA

Sandra, 29, a filha, vítima do "Monstro de Pinheiro"

Wilson, 29, preso por bater na mulher, é isolado em cela

A rebelião sangrenta ocorrida na terça-feira em Pinheiro trouxe à tona o problema de dois personagens do município: o de Sandra Monteiro e de Wilson Sousa. A primeira é a filha abusada sexualmente pelo pai, Agostinho Monteiro, o "Monstro de Pinheiro"; o segundo está preso na delegacia que foi palco da violência acusado de bater na mulher. José Agostinho foi assassinado e decapitado durante a rebelião, e a filha carrega a culpa por tê-lo denunciado. Wilson teme ter o mesmo fim de Agostinho. Na lei da cadeia, para crimes de violência contra mulher e estupro não há perdão.

PÁGINAS 9 E 12

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O medo de Wilson

Lavrador preso por bater na esposa é mantido sozinho em cela da Delegacia Regional de Pinheiro. Motivo: ele está jurado de morte

SANDRA VIANA
ENVIADA ESPECIAL

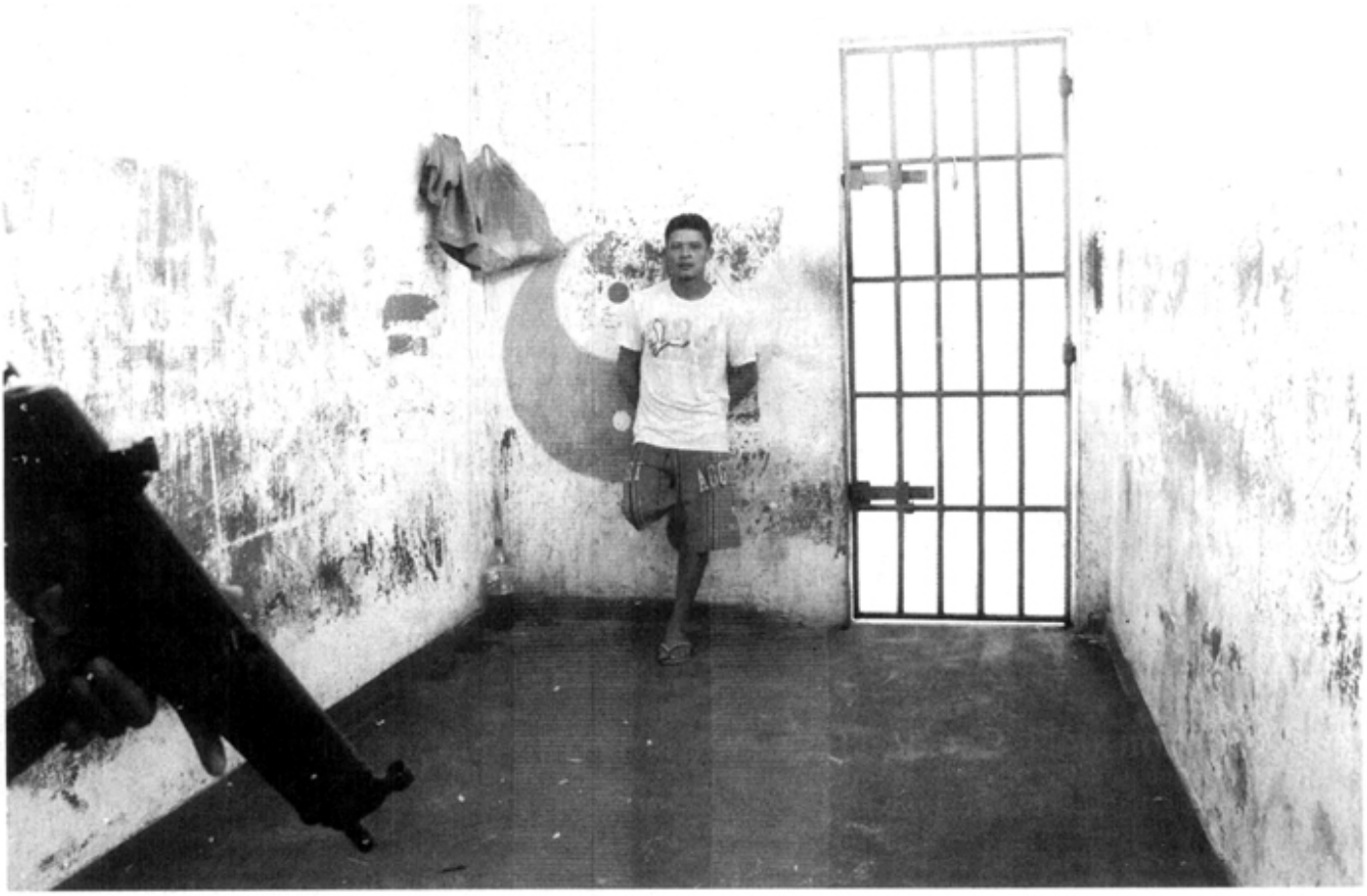
PINHEIRO - "Se eu ficar aqui vão me matar". O relato é do lavrador Wilson de Jesus Sousa, 29 anos, preso há quatro meses na Delegacia Regional de Pinheiro. Pela segunda vez ele teria agredido a mulher e foi enquadrado na Lei Maria da Penha. Em meio à superlotação da delegacia e reclamação dos presos por estarem amontoados, Wilson estava sozinho em um espaço que abrigaria pelo menos oito pessoas. Ele é alvo de uma 'lei' que pesa entre detentos: estupradores, pedófilos e espancadores de mulher não têm vez na prisão. Na rebelião da última segunda-feira, Wilson estava na berlinda. Ele conta ter sido salvo por um grupo que intercedeu por ele junto aos demais presos. Uma chance única de continuar vivo que Wilson teme não conseguir manter estando ainda na delegacia onde tudo ocorreu. Findado o protesto, com saldo de seis mortos, sendo quatro decapitados [entre estes, José Agostinho, o 'Monstro de Pinheiro'], Wilson teme pela própria vida. "Os que me ajudaram já disseram que agora eu tenho que me virar sozinho", diz, com o medo no olhar, implorando por ajuda.

A estada de Wilson na prisão se deu, segundo ele, por engano. Ele conta ter chegado bêbado em casa e recebido de forma hostil pela mulher. Aí começou uma discussão, cresceu para uma briga com fins em agressão física. Wilson insiste ter apenas dado "um empurrão" na mulher. A confusão fez com que ele fosse expulso de casa. Wilson morava com a companheira há cinco meses. Eles não possuem filhos. Esta era a segunda vez que ele a agredia. Por causa do histórico de confusões, nem a própria família quer ver Wilson. Nos quatro meses presos não recebeu qualquer visita. No próximo dia 15 ele enfrenta sua terceira audiência, mas, até lá, quer estar fora da Delegacia Regional. "Se minha mulher e minha mãe não me querem, eu tenho para onde ir, não quero é ficar aqui", diz ele, referindo-se à casa de uma parenta em povoado próximo da sede.

A chegada de novos detentos, a saída para o banho de sol, o cair da noite, qualquer acontecimento dentro da delegacia envolvendo os internos deixa Wilson apreensivo. O clima de tensão após a rebelião na Regional mexeu com os nervos, principalmente, dos presos e de seus familiares. Na entrada da delegacia parentes dos detentos marcam ponto diariamente, alguns, até o dia inteiro em busca de qualquer notícia. A simples palavra dos agentes não basta. As mulheres querem ver seus maridos; as irmãs, pais e mães querem conversar com seus parentes. O entra e sai de cartas e bilhetinhos tem sido uma constante desde o fim da rebelião. Enquanto a reportagem de O IMPARCIAL conversava com mulheres de presos, duas cartas foram entregues a elas por agentes da delegacia. "Os presos insistem e não custa nada entregar um bilhete à família", diz um agente.

Do choro ao riso foi a dona de casa Edilza Nonata Mendes, 30 anos, a "Baixinha". Logo cedo, na manhã de quarta-feira (9), rondava a delegacia em busca de informação do marido, Alex Ferraz, 37 anos, "o Gato". Se aproximava do meio-dia quando veio a notícia de que o ele estava bem. Nas mãos, um caderno e uma caneta a serem enviados pelos agentes para que o marido esboçasse algumas linhas de tranquilidade. Edilza disse se relacionar com Alex há 11 anos e, quase sem querer, desmascara o companheiro. "Ah, são anos de luta com este homem. Eu vivo falando, brigando, mas não tem jeito", diz. Depois, desfaz a 'denúncia': "Ele ta aí porque tentou ajudar o irmão. Ele

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



WILSON DE JESUS SOUSA É MANTIDO SOZINHO EM UMA CELA, MESMO COM A SUPERLOTAÇÃO DA CARCERAGEM

não teve culpa de nada e tá preso". Segundo a história, Alex flagrou o irmão com material furtado. Com a chegada da polícia Alex leva a culpa. O irmão, menor de idade, é liberado; Alex e o que ele diz ser o verdadeiro culpado são presos. Os agentes revelam ter Alex extensa ficha por assaltos, furtos e envolvimento em brigas.

Na delegacia a reportagem encontrou Alex e este confirmou a história da mulher. Disse ser inocente "dessa bronca" e pediu que levássemos um recado para Edilza. "Fala que tô bem e diz pra ela 'apertar' o advogado pra me tirar daqui". Recado dado. Outros detentos aproveitaram para mandar recados e também, sem resultado, pedir intercessão da equipe junto à delegada. Wilson não recebe ou envia cartas. Contato com as pessoas lá fora, pelo visto, só no dia de sua audiência. Até lá, ele vai esperar, com medo, sozinho em uma cela da Regional de Pinheiro. O crime previsto na Lei Maria da Penha (nº11340/06) não é afiançável. Pela lei, a violência psicológica também passa a ser considerada como violência doméstica, portanto, crime. Wilson será julgado e se condenado pode cumprir entre três meses a três anos de detenção, talvez na mesma Regional de onde reza para sair.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Construção de presídios

As obras do presídio de Pinheiro vão iniciar em março, garante a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), e devem ser concluídas em 100 dias, portanto, segunda quinzena de junho. Terá capacidade para presos e atenderá a Baixada maranhense. Com isso, na delegacia ficarão apenas os provisórios e preventivos, por tempo determinado. "Vai acabar com a superlotação e tirar presos das delegacias, que sabemos, não é lugar de cárcere", reconhece o secretário de Segurança, Aluísio Mendes. Este é um dos cinco presídios a serem construídos no estado, a fim de retirar detentos das delegacias. Serão mais 1900 vagas no sistema penitenciário. Um recurso de R$ 20 milhões está garantido pelo Ministério de Justiça, confirmado em visita do ministro José Eduardo Cardozo ao estado, na última quarta-feira. Este montante vai para a construção das detenções de Bacabal, Imperatriz e Pinheiro. Posteriormente, serão viabilizados recursos para Santa Inês, Timon, Bacabal e São José de Ribamar, que vai ganhar uma Penitenciária para Jovens Infratores entre 18 anos e 24 anos. Na reunião ficou decidido ainda que presos líderes de rebelião irão para presídios federais. Daqui a 10 dias outra reunião se realiza para organizar frentes de trabalho definidas no convênio com o governo do Maranhão. O objetivo é por fim à superlotação das detenções. Membros das secretarias nacionais de Segurança Pública e Antidrogas, da Secretaria Nacional de Justiça, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal participam do encontro.

OAB propõe CPI amanhã

Amanhã deve ser entregue à Assembleia Legislativa um documento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA). A OAB vai requerer a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o sistema carcerário do estado. A proposição foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Seccional da OAB. As causas da crise, a identidade dos responsáveis, a possível existência de uma organização para desestabilizar o sistema, se houve ou não negligência estão entre as questões da Ordem. A fim de reunir documentação fundamentada, a OAB acionou suas subseções em 11 municípios do interior para que cada presidente levante a situação das delegacias nestes locais. As informações comporão o relatório a ser enviado tanto à Assembleia, quanto ao Governo do Estado. "Não podemos ficar a cada três meses assistindo a morte de pessoas sob a tutela do estado", pontuou o presidente da OAB-MA, Mário Macieira.

O caso de Pinheiro, diz o presidente, é o motivador desta CPI. "O que vemos são casos recorrentes há anos, já denunciados pela Ordem, mas sistematicamente ignorados pelo poder público", observa. O advogado explica que, ainda não havendo punição dos culpados, as CPI's acabam por pautar o poder público para que este formule ações no setor.

Macieira cita a CPI do Poder Judiciário que resultou na criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público. Os resultados destas comissões são enviados ao Ministério Público e Judiciário, a quem cabe arbitrar as punições.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vizinhança na expectativa

Ser vizinho da Regional de Pinheiro parece não abalar os ânimos de moradores. A reportagem percorreu os arredores e percebeu pessoas ainda procurando respostas e na expectativa pelo que virá após a violenta rebelião. "Aqui nunca tive problemas. Já presenciei várias fugas, mas eles correm pra longe daqui", diz, aparentemente tranquilo, o aposentado Roque Pacheco, 61 anos. A casa, onde mora há 12 anos, fica em frente à lateral da delegacia, lá construída desde a década de 80. De lá, Roque vê a guarita e um vão, entre a delegacia e o auditório do quartel, que, segundo ele, serve como rota de fuga de presos. Roque mora com a mulher e três filhos — de 10, 11 e 15 anos — na casa bem estruturada e toda forrada. Nem ouvi barulho dessa rebelião, só fui saber no fim da manhã do dia seguinte, disse o aposentado. E quando se refere ao tumulto, dá uma justificativa. Para Roque, a superlotação é o problema. "Um monte de gente apertado em um cubículo, bebendo água suja, comendo comida ruim e privado da família, só pode dar confusão mesmo", avalia.

Roque é a favor da construção do presídio no município, porque "vai acabar com a superlotação e essa mistura de presos". E acrescenta ser um presídio mais seguro que delegacia. Da mesma forma pensa o comerciante que trabalha em frente à delegacia. No dia da rebelião, ele não abriu o comércio. Ocupa o ponto há mais de três anos e afirma não ter presenciado nada de tão grave, até esta rebelião. O contato com parentes de preso é comum para ele. No comércio eles se misturam aos moradores alheios aos acontecimentos internos da delegacia. As histórias são muitas, relata o comerciante. Ele não se identifica à reportagem, fala pouco, mas demonstra indiferença com o ocorrido. "Atendo quem vier aqui, trato igual. Problema de polícia quem resolve é polícia", diz, se saindo das perguntas. Na ocasião, pelo menos três familiares de presos aguardavam no comércio as notícias. O comerciante fechou as portas ao meio dia e só retornaria às 14 horas, como de costume, para mais um turno normal de trabalho.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ Gradualmente

O juiz Roberto de Paula, titular da 2ª Vara de Bacabal e diretor do Fórum da comarca, acredita que o sumiço de 141 armas de fogo da sede do juízo ocorreu gradualmente.

"Pelo que pudemos verificar, as armas subtraídas podem ter sido levadas gradativamente, aos poucos, até chegar a esse montante", afirmou o magistrado. *(Blog do Itevaldo Jr.)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Atual juiz de direito da Comarca de Pedreiras, o ex-prefeito de Poção de Pedras Cristóvão Souza Barros teve rejeitado recurso pelo pleno do Tribunal de Justiça em ação penal que investiga crimes contra o patrimônio público, como não realização de licitação e aplicação indevida de dinheiro do Fundef. Precisa comentar?

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ninguém perde por esperar

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA*

Convivendo com o semelhante, chega-se à conclusão – elementar, sublinho – de que há pessoas que se julgam capazes de discernir as coisas melhor que as outras, de compreender os fatos melhor que ninguém, de ser mais espertas que o vizinho ou mais vivazes que o colega de profissão – julgam-se, enfim, mais atiladas, mais sagazes; mais tudo, enfim. Assim pensando, vão armando, aprontando, achacando, extorquindo, vilipendiando – dentre outras ações igualmente nocivas.

E os outros, aos seus olhos? Bem, os outros são, para elas, uns simplórios, ingênuos, bobalhões. Espertas, inteligentes e sagazes mesmo, só elas.

Convictos, cientes de sua sagacidade sem par, os trapaceiros vão vivendo e tirando proveito das facilidades que, muitas vezes, só o exercício do poder pode proporcionar.

Inicialmente, uma sacanagenzinha aqui; uma bandalha acolá. Em princípio, timidamente, até perder, de vez, o pejo, o recato.

A partir de um certo momento, passam a agir às escâncaras, à vista de todos, como o faz o mais abjeto, o mais reles batedor de carteira (punguista). De tão sôfregos e mal-acostumados, os trânsfugas, os desertores, os detratores da moralidade, já não se intimidam com a luz do dia. Nem a condenação que cintila nos olhos do próximo e nem mesmo a indignação moral deste arrefece o seu ímpeto, a sua volúpia para a transgressão.

De forma incontrolável – vorazes, sedentos, ignóbeis, desmedidos e destemidos -, chegam, enfim e inevitavelmente, à concussão, estágio mais avançado da degradação moral de um agente público.

O enriquecimento ilícito desses bandidos travestidos de autoridades, agora, é apenas uma consequência. E com a fortuna amealhada afloram, inelutavelmente – inicialmente à sorrelfa e, depois, sem disfarce -, o esnobismo, a jactância, o ar de superioridade. Concomitantemente e com a mesma sofreguidão, consolida-se na personalidade do calhorda, como consequência irrefragável, o desprezo pelas instituições e, até, pelos colegas de profissão, máxime se não comungam de suas trapaças e se pensam e agem de maneira diametralmente oposta.

Essas pessoas, os antigos diziam, são capazes de dar nó em trilho. E vão aprontando, amealhando um naco aqui, colacionando um fragmento acolá, consolidando, enfim, a fortuna material almejada, vivendo nababescamente, debochando do semelhante, jactando-se em face das transgressões que protagoniza, contudo, destituído de qualquer qualidade moral.

A contumácia no transgredir, a constatação de conseguir se esquivar de qualquer ação tendente a obstar a sua ação, escurece a sua mente, não lhe deixando perceber que o cerco vai se fechando. Quando, finalmente, acordam para a realidade, estão algemados e desmoralizados, sem condições de olhar nos olhos dos seus filhos.

Esses espertalhões são como uma infantaria, confinada numa área de conflagração à espera do momento de atacar e sobrepujar o inimigo. Cega, em face da soberba que lhes seduz a alma, confiante na vitória, na sua superioridade, em razão da convicção que sedimentou de que é mais adestrado e mais bem preparado que o inimigo, ao olhar para o céu, com aparente desdém, imagina estar vendo andorinhas e permanece inerte. Todavia, para sua surpresa, são os inimigos que se aproximam. E quando, finalmente, tentam se posicionar para o confronto, é tarde demais: são abatidos e dominados, muito mais em face de sua soberba, de sua prepotência, que em decorrência do adestramento do inimigo.

Esse artigo é um chamado à reflexão, tendo em vista que, deste meu ponto de observação, muito antes do que imaginam, os espertalhões podem ser flagrados. E, nessa hora, quando se derem conta de que não são andorinhas em evolução, mas as instâncias persecutórias do Estado fechando o cerco em sua direção, já sucumbiram diante delas, como se deu como a infantaria ofuscada pela arrogância. Aí, só resta lamentar a perda do cargo e a prisão concomitante.

Estaria o cronista sonhando? Penso que não. Não custa esperar. A ignomínia e a degradação moral não podem prevalecer sempre.

*É desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Blog: www.joseluizalmeira.com
E-mail: Jose.luiz.almeida@globo.com

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Correspondentes fundam associação para combater monopólio no consignado

Cerca de 30 mil trabalhadores estão ameaçados no Maranhão pelo decreto que garante exclusividade ao BB, mas restrições do banco prejudicam servidor

Os responsáveis pelos 150 postos de correspondência bancária no Estado do Maranhão fundaram, na última quinta-feira, 10, uma associação empresarial. A intenção é fortalecer a reivindicação, junto ao governo, da quebra da exclusividade do Banco do Brasil na concessão de crédito consignado para os servidores. Há pouco mais de dois meses, os funcionários públicos estaduais só podem tomar empréstimo com desconto em folha por meio do banco federal. Com o decreto da governadora Roseana Sarney (PMDB), mais da metade do mercado ficou reservada para o BB, e os correspondentes já começam a sentir os efeitos: demissões e prejuízo.

Luis Teixeira é um dos líderes do grupo e afirmou que, nos últimos 65 dias de vigência, todos os colegas empresários relataram que cortaram pelo menos quatro postos de trabalho em seus postos. Trata-se de um universo de 30 mil pessoas entre empregados diretos e indiretos que está sob ameaça.

Desde que o decreto está em vigor, os correspondentes dizem ter solicitado, por diversas vezes, uma audiência com a governadora. No entanto, foram recebidos apenas pelo chefe da Casa Civil, Luís Fernando Silva, que não teria se mostrado disposto a negociar. "O que nós queremos é a retirada da cláusula do decreto que garante a exclusividade do consignado ao Banco do Brasil. O banco pode continuar operando a folha de pagamento do funcionalismo, não importa. Nós só queremos trabalhar", reivindicou Teixeira.

Foi com o intuito de ganhar força nesse diálogo com o Executivo e também com o Judiciário que o grupo criou a Associação dos Correspondentes Financeiros do Maranhão (Acfema). "A gente está fundando a associação para ter uma pessoa jurídica para defender os interesses. Nós não tínhamos e dificultou para termos as audiências", relatou.

Se de um lado a exclusividade gera desemprego, do outro, é considerada ilegal e prejudicial. Sob o argumento de favorecer o servidor, o decreto estabelece em 1,6% ao mês a taxa de juros máxima nas operações consignadas do Banco do Brasil. No entanto, o BB apresenta restrições que dificultam o acesso ao crédito: o maior prazo de financiamento é de 36 meses, o valor mínimo da operação é de R$ 50 e, se o trabalhador tem algum comprometimento de cadastro, como a inclusão do nome nos órgãos de proteção ao crédito, o banco não realiza o empréstimo. Além de oferecer condições mais fáceis, as operadoras independentes

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

praticam taxas menores no Maranhão, de 1,5%.

"O pessoal está revoltado com essa situação. É difícil tomar empréstimo no Banco do Brasil porque o pessoal, às vezes, está com o nome no Serasa, no SPC, aí não consegue. Tenho ouvido muitas reclamações", contou Cleinaldo Lopes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (Sintsep-MA). A entidade é a autora do mandado de segurança contra o governo que também busca a quebra do monopólio. "Os servidores querem saber quando o mérito vai ser julgado no Tribunal de Justiça", disse Lopes.

Batalha – Provocado pela ação do sindicato, o desembargador do TJ do Maranhão, José Luiz Oliveira de Almeida, concedeu liminar suspendendo a exclusividade nas operações de consignação duas semanas após a publicação do decreto, no dia 22 de dezembro. O governo recorreu tanto no tribunal local quanto no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na Corte superior, o ministro Ari Pargendler, como já havia feito nos casos dos governos de Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí e da Prefeitura de São Paulo, derrubou as liminares concedidas. A alegação foi que a quebra da cláusula geraria prejuízo ao erário ou ao Banco do Brasil. Contudo, há contraexemplos, como o de Minas Gerais, onde a situação foi contornada por meio de acordo entre o Executivo e a instituição financeira sem perdas para qualquer um dos lados. O agravo regimental interposto no Tribunal de Justiça ainda aguarda julgamento, o que deve acontecer nas próximas semanas.

Trunfos – Duas novidades geram otimismo nos servidores e os trabalhadores autônomos do segmento financeiro. O primeiro é a decisão do TJ do Rio Grande do Norte, que, no último dia 2, ao julgar o mérito do mandado de segurança sobre situação análoga, cancelou a exclusividade por 8 votos a 3. A Corte foi a primeira a evocar preceitos constitucionais para considerar ilegal a prática mantida pelo governo e pelo BB.

Outro trunfo poderoso é a circular publicada pelo Banco Central, em 14 de janeiro, que também reconheceu a ilegalidade do fato, por cercear a livre concorrência no mercado financeiro. "Achamos um absurdo essa situação. Foi feito via decreto do governo enquanto a Constituição fala em livre mercado. Muitos pais de família ficarão desempregados. É uma situação danosa para o servidor", avaliou do deputado estadual reeleito Rubens Pereira Júnior (PCdoB).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Polinter prende foragido da Justiça na V. Maranhão

DIVULGAÇÃO

Investigadores da Polícia Interestadual (Polinter) prenderam, no início da noite da última quinta-feira, 10, por volta das 18h, em uma via pública na Vila Maranhão, José Ailson Cordeiro Brito, o "Arisco" (foto), 28 anos. Ele foi detido em decorrência de um mandado de prisão expedido pela 3ª Vara Criminal de São Luís. O paradeiro dele foi descoberto por meio de informações repassadas pelo Disque Denúncia (3223-5800).

De acordo com o delegado Maurício Ribeiro Martins, titular da Polinter, Arisco estava sendo procurado há alguns meses. Ele já tinha sido condenado pelo crime de roubo, contra um cobrador de uma loja. Na ocasião, o acusado teria roubado 300 reais da vítima. O delegado informou que José Ailson tinha sido condenado a 5 anos e 4 meses de reclusão. O mandado de prisão expedido foi em função da sentença condenatória contra ele. Os agentes da Polinter, após efetuarem a prisão, conduziram Arisco para a Delegacia, onde foi ouvido pelo delegado, e posteriormente encaminhado ao Centro de Triagem em Pedrinhas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio Braga

O SISTEMA BICAMERAL FEDERATIVO

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Em seu artigo 2º, a Constituição Federal consagra a clássica tripartição de poderes, ao estabelecer que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Dessa forma, cada Poder representa uma função estatal precípua, além de outras funções atípicas.

Às funções típicas do Poder Legislativo são fiscalizar e legislar. Assim, ao lado da produção das espécies normativas contempladas no devido processo legislativo, compete ao parlamento, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.

O Poder Legislativo da União possui uma composição bicameral, sendo exercido pelo Congresso Nacional, que é constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Nos Estados, Distrito Federal e Municípios é adotado o modelo do unicameralismo.

A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado e no Distrito Federal, para um mandato de quatro anos. O número de deputados federais foi fixado em 513 pela Lei Complementar nº 78/93, tendo como parâmetro de proporcionalidade o tamanho da população brasileira. Nenhuma das unidades da Federação pode ter menos de oito ou mais de setenta representantes.

À guisa de ilustração, o Estado mais populoso (São Paulo) é representado pela quantidade máxima admitida no texto constitucional (70 deputados); Minas Gerais possui 53; Rio de Janeiro possui 46; Bahia possui 39. Possuem apenas 8 deputados federais os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Sergipe, Rio Grande do Norte, Amazonas, Rondônia, Acre, Amapá e Roraima.

O Senado Federal compõe-se de três representantes de cada Estado e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema majoritário, com mandato de oito anos. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Cada senador é eleito com dois suplentes. O senador é sempre eleito com a maioria simples dos votos. No caso de empate, é considerado eleito o de maior idade. O mandato do Senador compreende duas legislaturas. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Flávio Braga, pós-graduado em Direito Eleitoral, professor da Escola Judiciária Eleitoral e analista judiciário do TRE/MA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Os trambiques dos poderosos na Justiça

Parte 12: no recurso inadmissivo por ilícitos

Francisco Xavier de Sousa Filho*

Os recursos, especial, para o STJ; e extraordinário, para o STF, combatem as decisões judiciais dos tribunais, estadual ou regional, que contrarie a lei e/ou interpretação da lei por outros tribunais, pela divergência jurisprudencial (CF, art. 105, III, a e c), e violação a normas constitucionais (CF, art. 102, III, a). É a exigência também do artigo 541 e ss. do CPC, que conferem o procedimento a adotar para que a parte tenha o seu direito reconhecido, por má e desonesta aplicação das leis ao caso concreto, com o fim da reforma do julgamento inconstitucional e nulo (STJ, REsp 199.753).

Só por isso já impõe ao julgador a acolher o recurso especial ou extraordinário tão somente após as decisões do relator, pelo colegiado ou não (CPC, artigo 557). Por quê? Porque apenas depois da decisão final, pelo tribunal em 2ª instância, aparecem as normas legais e constitucionais violadas, que foram repudiadas e desprezadas.

Quer a prova. No caso em exame, as matérias perseguidas são a revelia, com base no artigo 322 do CPC, e a intempestividade da apelação, do Bradesco, cujas violações as normas legais e constitucionais só acontecem após o julgamento final, em sede do tribunal "a quo". Até porque geralmente o relator julga sem conferir o texto legal, faltando com isso a plausível fundamentação da decisão, por exigência do artigo 93-IX da CF.

Ora, se o Bradesco esteve condenado na revelia e intempestividade do apelo, obriga o relator motivar a sua decisão. Não o fazendo, o recurso especial ou extraordinário se assoberba, a partir desse momento, de admissibilidade na apresentação as normas legais e constitucionais contrariadas e humilhadas, por julgamentos de decisões teratológicas.

Com a inadmissão do Recurso Especial 31.958/2010, objeto do AG 29.159/2008, pelo eg. TJMA, que exigiu o prequestionamento, com base na Súmula 211 do STJ, o erro crasso é indiscutível. A análise de admissibilidade do recurso jamais pode ficar ao bom gosto do presidente do tribunal, sem examinar, com dignidade e seriedade, os fundamentos do recurso especial, que se ofertaram os preceitos legais contrariados, com as muitas jurisprudências colacionadas, de interpretações irrefutáveis até pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A inadmissão desse recurso especial é tão desacertado e contraditório, que o REsp 656.399, rel. min. Luiz Fux, convida, no ensinamento louvável, para que o julgador preserve sempre a fundamentação vinculada, cuja discussão, ou prequestionamento, se ateve desde os assentos levados na contraminuta do agravo. Rejeitados ainda os embargos de declaração, o conserto de seus erros crassos e omissões claras, para a correta aplicação da lei, permaneceu, na apreciação e julgamento da revelia e intempestividade da apelação.

Aliás, o não prequestionamento só se configura ao não ter o recorrente discutido certa matéria, como no caso de se discutir a revelia, mas não se questionou a intempestividade do apelo. Desnecessária até a altercação pelas matérias de ordem pública, de interesse irrecusável do relator em julgar a coisa julgada. Mormente quando o juiz "a quo" prestou as informações indispensáveis na legitimidade da decisão agravada, de nenhum censura.

Assim, a inadmissão desse recurso especial esteve em julgamento a bel prazer do julgador, não se inte-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ressando a bem respeitar as leis e jurisprudências insistentemente demonstradas. Nasceu por isso nula a decisão de inadmissibilidade do recurso especial, por sua inconstitucionalidade evidente. (CF, art. 93-IX).

Do mesmo modo, ocorreu com a inadmissão do Recurso Especial 30.109/2010, objeto do AG. 31.664/2008, que agora se motivou em reexame de provas, com base na Súmula 07 do STJ. Nessa tese jamais podia repudiar o especial, pois desde a contraminuta do agravo se debateu a questão da coisa julgada, na revelia e intempestividade do apelo.

Por isso, a fundamentação vinculada do recurso especial esteve sempre em debate, consoante a lição do ilustre ministro Luiz Fux, do STJ, no REsp 656.399/PE, o que merecia a admissão do recurso especial de logo, sem sair da linha do raciocínio lógico-jurídico eficiente.

Além disso, a coisa julgada, na revelia e intempestividade da apelação, se insere em matéria da ordem pública, estritamente de direito, que afasta qualquer discussão sobre o reexame de provas.

Assim, a decisão inadmissiva desse recurso especial fugiu da fundamentação jurídica, comparecendo de nulidade plena, por inconstitucionalidade buscada pelo julgador (CF, art. 93-IX).

As decisões, teratológicas e absurdas, prolatadas a gosto do julgador, em proteção a poderoso, contaminam o bom direito, ao se pisar nos direitos fundamentais e constitucionais do jurisdicionado, com razão no processo. Não devendo existir no mundo jurídico, pela desmoralização da boa e sábia justiça, chega a envergonhar os notáveis e bons julgadores.

Pelo menos, com a Súmula Vinculante 10, a Suprema Corte exige a honesta e saudável aplicação da lei e norma constitucional, para que a decisão judicial apareça de nenhuma nulidade. Até em harmonia com o artigo 97 e artigo 93-IX, da Constituição Federal, de emprego de ofício, por qualquer juiz, desembargador ou ministro, mesmo que a parte ou recorrente não tenha requerido, por via difusa, de exceção ou defesa. É o questionamento de matéria constitucional, com o ensejo para que os tribunais se pronunciem a respeito, dispensando-se o recurso extraordinário.

A Justiça então somente alcançará os seus desígnios democráticos - ao lado do povo -, se os ilícitos perseguidos pelos poderosos estejam afastados pela decisão judicial séria e justa. Não como sempre aparecem, no corporativismo em reafirmar o julgamento errado, injusto, néscio, torto e capenga, cuja reforma não se fez, dando validade a ilícitos processuais, no desprezo da justiça integra e eficaz.

E na coisa julgada material, pela revelia e intempestividade recursal, a segunda coisa julgada, por sua nulidade plena, não prevalece sobre a questão julgada lícita, no emprego correto da lei e norma constitucional. É a flexibilização ou relativização da coisa julgada, que objetiva dar fim na decisão judicial de proteção inaceitável a poderoso, de direito nenhum no processo, mas termina desfazendo a autoridade jurisidicional.

Afinal, Deus adverte que a perversidade no juízo, por ilícito contra o direito do pequeno, não prevalece: "Por isso, os perversos não prevalecerão no juízo, nem os pecadores na congregação dos justos" (Salmos 1-5).

*Advogado OAB-CE 4399 e OAB-MA 3080-A
E-mail: advfxsf@yahoo.com.br
Telefone: (98) – 3256.8818

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Fátima Travassos diz que caos nos presídios requer soluções imediatas

Em entrevista ao **JP**, a procuradora-geral de Justiça Fátima Travassos (foto) avaliou a situação do sistema carcerário do estado, afirmando que o governo tem de tomar medidas imediatas. Ela advertiu que a situação dos presídios maranhenses ficou tão grave que o sistema de segurança está inseguro até mesmo para delegados, agentes e carcereiros. **PÁGINA 3**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Fátima Travassos diz que caos nos presídios requer soluções imediatas

Para a procuradora-geral, o sistema de segurança está inseguro até mesmo para delegados, agentes e carcereiros

POR MANOEL SANTOS NETO

A procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos, participou na sexta-feira (11) da comitiva que esteve no município de Pinheiro, acompanhando representantes do Conselho Nacional de Justiça. O objetivo da equipe foi o de ver de perto a situação da cadeia pública do município e tomar providências para evitar novas rebeliões.

Em entrevista ao **Jornal Pequeno**, Fátima Travassos avalia a situação do sistema carcerário do estado, afirmando que o governo tem de tomar medidas imediatas. Ela adverte que a situação dos presídios maranhenses ficou tão grave que o próprio sistema de segurança está inseguro até mesmo para delegados, agentes e carcereiros. Leia a seguir a íntegra da entrevista:

JP – Como se deu a visita do CNJ ao município de Pinheiro?

Fátima Travassos – Aconteceu de forma tranquila. Fizemos uma vistoria no sistema prisional e participamos de várias reuniões de trabalho. Fiz questão de participar dessa visita a Pinheiro em companhia do secretário de Segurança, Aluísio Mendes, do desembargador Froz Sobrinho e do representante do CNJ juiz Luciano Lousekann e da secretária de Direitos Humanos Luiza Oliveira, para ver de perto a situação e também para apoiar o trabalho dos promotores de Justiça Ricardo Misko Campineiro, que responde pela 1ª Promotoria, Alineide Costa, titular da 2ª Promotoria, e Carlos Henrique Monteiro, que atua junto ao Juizado Especial Cível e Criminal no município. A visita ao sistema prisional de Pinheiro serviu para constatar o que o Ministério Público já vem denunciando há vários anos naquela comarca.

Como a senhora avalia o trabalho dos promotores?

Voltei de Pinheiro muito satisfeita com o trabalho incansável que os representantes do Ministério Público estão fazendo naquela comarca. No mesmo dia do início do motim chegou às minhas mãos um relatório informando que a rebelião foi acompanhada desde os primeiros momentos pela promotora Alineide Costa, que nos colocou a par da situação.

A revolta começou em decorrência da reivindicação dos presos por melhores condições de sobrevivência na delegacia. Lá estavam recolhidos 97 presos, sendo 16 condenados e o restante eram presos provisórios. O relatório relembra que em 2010 também ocorreu uma rebelião na delegacia de Pinheiro pelos mesmos motivos de agora (superlotação e precariedade das instalações).

E o que fez o governo do estado naquela ocasião?

O Estado assinou termo de compromisso para solucionar os problemas, o que não foi cumprido. Além disso, várias tentativas administrativas também foram tomadas com o mesmo objetivo sem sucesso. Mas, agora a situação já está sendo saneada com a transferência de presos promovida pelo secretário de Segurança, Aluísio Mendes. Já foram remanejados 42 presos e lá restam apenas 20 sentenciados que serão encaminhados para outros presídios.

Causou-lhe surpresa o quadro encontrado em Pinheiro?

No primeiro momento fizemos uma inspeção nas duas delegacias e constatamos a precariedade das instalações. Os presos estavam convivendo em condições subumanas de sobrevivência, mas também detectamos a conotação de que podem existir forças externas tentando desestabilizar o sistema, além das armas improvisadas produzidas com as ferragens das obras inacabadas. Durante a tentativa de fuga frustrada, entre os presos, foram encontrados dois telefones celulares e esses fatores externos precisam ser apurados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Como foram realizadas as reuniões de trabalho?

O Ministério Público participou de três reuniões de trabalho setorizadas. Conversamos com os promotores, juízes, representantes do CNJ, delegados, advogados que atuam na comarca e representantes da OAB. Nessas reuniões pudemos perceber o interesse coletivo de encontrarmos soluções definitivas para o problema.

A OAB chegou a tecer elogios aos promotores de justiça reconhecendo o trabalho atuante do MP com as ações judiciais e os pedidos de interdição das delegacias antes mesmo da rebelião do ano passado e também do Judiciário por ter decidido favoravelmente aos pedidos. O sentimento coletivo é que o problema seja resolvido e dada dignidade aos presos e paz social aos comarcanos.

Na sua opinião essa solução está perto de ser encontrada?

Acreditamos que sim. O contingente policial no município ainda é pequeno tanto civil como militar, mas medidas administrativas do governo estão sendo aguardadas, além da construção de presídios em Bacabal e em Imperatriz.

O secretário de Segurança anunciou que a reforma na delegacia de Pinheiro agora está sendo retomada e acredita que em seis meses o presídio regional estará concluído. O secretário nos disse também que a interrupção da obra não foi por rejeição da comunidade e sim problema político.

A senhora deixou alguma recomendação especial aos promotores de Justiça de Pinheiro?

Temos recomendado a todos os nossos promotores, que permanentemente revisem os processos para averiguar se tem algum preso provisório ou sentenciado para facilitarmos o alcance dos benefícios. Essa é uma política institucional do MP do Maranhão e do CNPG a nível nacional.

A recomendação geral é que peticionem nos autos a cada 15 dias nas ações de interesse coletivo que o MP propõe para andamento das ações. Nossa recomendação vem no sentido de reforço do que eles já estão fazendo: processos parados devem ser diligenciados para prevenir inclusive argüições de responsabilidade.

De um modo mais amplo, como a senhora avalia a atual situação do sistema penitenciário do estado?

Pinheiro é uma amostragem do sistema prisional maranhense que passa assim como quase todos os estados brasileiros por um momento crítico e isso foi comprovado na reunião que tivemos com a governadora Roseana Sarney e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em sua visita ao Maranhão.

Condições precárias como a de Pinheiro estão sendo constatadas pelos promotores que estão encaminhados os relatórios à Procuradoria Geral e nós também estamos encaminhando essas informações à comissão carcerária do Conselho Nacional do Ministério Público reclamando inclusive condições de trabalho aos delegados.

A transação penal tem servido inclusive para atender aos delegados, mas percebe-se o compromisso do secretário de Segurança e do governo como um todo, no sentido de resolver o problema e também dar a solução definitiva com a construção de unidades prisionais menores. Essa situação precisa de soluções imediatas já que o próprio sistema de segurança está inseguro para delegados, agentes e carcereiros.

Ao seu modo de ver, quais são os problemas mais graves dos presídios?

No momento é a superlotação e as condições de insalubridade nesses presídios, que não possuem número de celas suficientes. Aliada a essa situação também está a falta de presídios regionais e a ausência de unidades específicas para presos provisórios. Precisamos de mais vagas no sistema prisional e o desenvolvimento de uma política de regionalização dos presídios para desobstruir as celas das delegacias.

A senhora acha que a morosidade do Judiciário contribui para os problemas da superlotação e rebeliões em presídios?

Isso é coisa de um passado recente, mas hoje o Judiciário, reconhecendo a lacuna da morosidade, está bastante empenhado nas soluções, assim como o MP e CNMP estão todos comprometidos em encontrar uma política nacional para contornar o problema.

Que medidas a senhora sugere para a melhoria do sistema penitenciário do Maranhão?

É preciso haver uma separação entre os presos construindo presídios regionais e municipais para os sentenciados e outros para presos provisórios. Paralelamente a isso, os apenados devem ser preparados para a reintegração na sociedade. O programa começar de novo do poder judiciário dá um bom exemplo conseguindo vagas percentuais no mercado local para egressos do sistema prisional.

O problema ainda é falta de capacitação, o que precisamos aqui e dar ocupação e acesso à desenvolvimento desses presos inclusive no âmbito da espiritualidade. Por sinal esse foi um dos itens questionados pelo CNJ, se havia espaço para o desenvolvimento da espiritualidade dos detentos. Defendo que em cada presídio deva existir uma capela para pratica de cultos ecumênicos e espaços definidos para desenvolvimento do esporte, lazer e cultura para os internos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Caro Dr. Pêta:

Esta é uma crise inerente à lógica estruturante dessa relação social que massacra e escolhe somente os pobres para as masmorras Brasil afora, como mostrou a CPI da Carceragem, que no seu relatório apontou que este é um sistema desumano, desgraçado, destrambelhado, desengonçado, desequilibrado, desqualificado. E dizia mais: que hoje o preso está contido, amanhã ele está contigo e o que faz a sociedade e as autoridades quando recebem esta massa, reincidente na sua maioria, pois o estigma é violento e o aprofundamento da desigualdade social neste país e no Maranhão está resultando em barbárie. E qual a saída? Como sempre, lembra a ex-deputada Helena Heluy, o problema da prisão é a própria prisão. Agora eu tenho resistido a ligar para as rádios/imprensa que abordam esta temática só na hora da barbárie. E olha que no nosso sistema, cada vez uma mais próxima da outra. Fiquei estarrecido quando o juiz Roberto de Paula falava na Mirante com o Roberto Fernandes dizendo que este problema prisional era simples de resolver; era só construir pequenas unidades nas comarcas, de 20 para 100 presos, e fazer concurso só para agentes penitenciários; ou seja, mais do mesmo. Se a solução fosse fácil, já teríamos resolvido há séculos. Como disse Dr. Douglas, prende-se mal porque para o rico tem habeas corpus preventivo. Vide a leva de prefeitos. Para o pobre, prisão preventiva generalizada. Portanto, devemos sempre falar sério dessa questão, e não só quando vêm as barbáries, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos. Como disse Dra. Helena, vamos levar avante o fórum permanente de política penitenciária. Tem um grupo interinstitucional que tem se reunido na Secretaria de Segurança para tratar dessa questão. Vejam que são vários espaços. Por último, a conquista da nova secretaria que deve inserir a política pública penitenciária, mas não com os mesmos que estão administrando as unidades no estado. Assim, não é possível que governantes, parlamentares, magistrados e promotores sigam, em sua grande maioria, insensíveis às tragédias que integram o cotidiano prisional sem perceber que elas revelam, mais do que o perfil dos cárceres e de seus ocupantes, características essenciais e vergonhosas do próprio estado brasileiro. Frases de efeito não são equivalentes a políticas públicas consistentes e duradouras para amenizar a crise penitenciária do Maranhão. Tenho uma única certeza: este é resultado de um processo penal de extraordinária seletividade.

(Raimundo Martins - inspetor penitenciário, São Luís / MA)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação